FEIJÃO

AS SAFRAS 1979/80 E 1980/81 TIVERAM SEU PLANTIO MAIS INFLUENCIADO PELAS ALTAS COTAÇÕES DO PRODUTO, DO QUE POR QUALQUER INCENTIVO GOVERNAMENTAL À LAVOURA. ESTE ANO, COM O NOVO DÉFICIT NA OFERTA DE FEIJÃO, MOTIVADO POR MAIS UMA QUEBRA DE SAFRA, PARECE QUE ESTA SITUAÇÃO SE REPETIRÁ, EMBORA COM MENOR EXPANSÃO DA ÁREA, DO QUE A VERIFICADA NAS DUAS SAFRAS PRECEDENTES.

Mesmo com a incerteza ainda reinante no mercado quanto ao resultado final da safra nordestina de feijão, algumas informações a respeito da oferta deste ano já se encontram consolidadas. Assim, é possível, atualmente, avaliar que a área plantada da safra 1980/81, 9,6% maior do que a de sua precedente, gerará uma produção 27,3% superior àquela, permitindo atender 96,5% do consumo total estimado para o país.

Analisando-se os números em termos absolutos, porém, grande parte destas comparações perde expressividade. De fato, a produção total, somando-se as safras das águas e da seca, deverá situar-se em torno de 2,35 a 2,47 milhões de t, quando já foi de 2,7 milhões de toneladas em 1972. Quanto à produtividade média do país, situou-se num nível tão baixo, 434 kg/ha, que anulou os ganhos de produção que poderiam advir de uma área plantada recorde (5,6 milhões de hectares), como foi a deste ano. Simultaneamente, o consumo estimado de 2,5 milhões de t é igual àquele calculado para o produto no ano-safra 1979/80, ou seja, subentende uma certa diminuição no consumo *per capita*.

Com efeito, o ano-safra 1980/81 colocou-se, dentro da série histórica da produção da leguminosa, em posição ***sui generis***, por ter sucedido à desastrosa safra 1979/80. Isto porque, enquanto a década de 70 caracterizou-se por uma produção média de feijão da ordem de 2,3 milhões de t, o montante obtido no ano passado não ultrapassou as 1,895 milhão de t, ou seja, 24,2% abaixo do consumo então estimado. Foi inevitável, portanto, a rápida elevação dos preços do produto ao longo do ano e, principalmente, na entressafra, uma vez que as importações de 35,9 mil t praticamente nenhum efeito surtiram sobre o abastecimento. Na verdade, serviram para conturbá-lo, pois o feijão preto importado foi colocado à venda no Grande Rio a preços irreais, causando tumultos nos estabelecimentos comerciais e o aparecimento de um mercado negro do produto. Assim, no mercado atacadista do Rio de Janeiro, o saco de 60 quilogramas do feijão preto polido, à venda por Cr$ 1.309,54, em janeiro de 1980, passou a custar, em novembro do mesmo ano, Cr$ 7.100,00. Paralelamente, os preços ao produtor seguiam, também, um rumo ascendente.

À alta dos preços no mercado do feijão deve ser atribuída maior responsabilidade no aumento da área cultivada, do que aos reajustes do preço mínimo e do VBC. Realmente, foi a expectativa

de que o preço ao produtor da saca de feijão viesse a localizar-se em patamar muito superior aos custos de produção que fez com que, já na safra das águas 1980/81, a área cultivada com o produto na região Sul e em São Paulo apresentasse um incremento de 6,1%, em comparação com o verificado em 1979/80.

No entanto, também a safra 1980/81 sofreu frustrações. A expectativa inicial era de que, pelo menos, a produção total das duas safras principais viesse igualar o consumo estimado, o que não se dará, em vista das perdas havidas, principalmente, na região nordestina.

Em vista disso, lançaram-se as bases do que se chamou ***safra de inverno de feijão***, que chegaria a responder pela oferta adicional de 200 mil t do produto, propiciando, assim, não só o pleno atendimento do consumo como, também, uma possível formação de estoques. Concomitantemente, para esta terceira safra, foi dado um incentivo especial à cultura irrigada da leguminosa, o que seria um primeiro passo em busca da introdução de uma tecnologia mais avançada na lavoura feijoeira como um todo, visando à melhoria do perfil extremamente tradicional e improdutivo do cultivo do feijão.

No entanto, parece que ainda não será no transcorrer do presente ano que o abastecimento interno da leguminosa será plenamente atingido e, muito menos, será possível formar-se algum estoque do produto. Isto porque não só é possível que o montante da safra da seca não atinja a esperada média de 1,14 milhão de t, como, também, é certo que a terceira safra, após as recentes geadas, venha a ser inferior às 92 mil t anunciadas pela Embrater em sua última estimativa de colheita. Mesmo no caso de a safra de inverno localizar-se neste montante, e imaginando-se que a safra da seca alcance 1,05 milhão de t, isto significaria uma produção total de feijão da ordem de 2,416 milhões de t. Estas, adicionadas ao estoque remanescente de 19 mil t, dariam uma oferta global de 2,435 milhões de t, bastante próxima da necessidade do consumo que, no entanto, parece estar subestimada.

Merece ser vista com atenção a decomposição desta produção pelos três mais importantes tipos de feijão demandados pelo consumidor brasileiro. A perdurar o quadro composto para o ano-safra 1979/80, o feijão de cores perfaria 54,4% do consumo total, o feijão preto corresponderia a 27,6% e o feijão macaçár a 18%. Vale dizer, respectivamente, 1,36 milhão de t, 690 mil t e 450 mil t.

Estima-se que em torno de 60% da produção total de feijão da seca na região Nordeste sejam compostos de feijão macaçár, permitindo supor, a grosso modo, que, este ano, a quantidade obtida desta variedade venha a situar-se próxima a 262,2 mil t. Na verdade, este provável déficit da oferta deste tipo de feijão não chegará a causar um grande impacto, uma vez que sua substituição pelo feijão anão (especialmente a variedade mulatinho) dá-se, no Nordeste, com bastante facilidade.

Já no caso do feijão preto, a previsão quanto ao abastecimento assume características especiais, devido aos já tradicionais tumultos registrados no Grande Rio a cada vez que seu preço é tabelado, com vistas à contenção dos índices inflacionários.

Estima-se que tenham sido produzidas 510 mil t de feijão preto na safra das águas e que 13,5% da safra da seca serão constituídos por esta variedade, o que faz supor que terão sido produzidas cerca de 652 mil t de feijão preto. Estas, adicionadas ao estoque supra-citado (formado apenas por feijão preto) perfariam uma oferta total de 671 mil t, deixando a descoberto 19 mil t, uma vez que, provavelmente, a safra de inverno será constituída, em sua quase totalidade, de feijões de cores. É possível, então, que, frente a este provável pequeno déficit de feijão preto, o governo federal opte por não importar o produto, deixando que a oferta e a demanda pelo feijão equilibrem-se livremente, sem nenhuma intervenção ou tabelamento.

De qualquer forma, é inevitável esperar-se uma elevação dos preços de mercado para o feijão, em geral, no transcorrer do segundo semestre, época tradicional de preços aquecidos. Tal evolução deverá sofrer um arrefecimento, ainda que leve e temporário, à época de entrada da terceira safra, a partir de agosto. Mesmo assim, imediatamente antes da entrada do produto da safra das águas 1981/82, os preços do feijão certamente estarão em patamar bastante mais elevado do que os atualmente em vigor.

Este poderia ser um primeiro indicador, no que diz respeito à área que deverá ser plantada com o feijão, na safra 1981/82. De fato, pode-se creditar o excepcional crescimento do cultivo da leguminosa entre os anos-safras 1979/80 e 1980/81 muito

mais aos elevados preços recebidos pelos produtores, a partir da vultosa quebra ocorrida no período, do que a quaisquer outros instrumentos governamentais de incentivo. Este ano, embora os preços não devam ter elevações reais tão acentuadas quanto as verificadas no ano passado (ver Gráfico 1) deverá ocorrer um novo incremento na área semeada.

A fortalecer esta previsão estaria, também, a boa rentabilidade que a cultura deverá fornecer já na próxima safra das águas. De acordo com um estudo dos custos de produção para a safra 1981/82, elaborado pelo Departamento de Economia Rural, da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, a uma produtividade de 720 kg/ha*, o custo por saca de 60 quilos deverá situar-se em Cr$ 4.111,99, enquanto que, à época de colheita desse produto, seu preço de venda será, sem dúvida, maior. Poder-se-ia, mesmo, esperar que produtores não tradicionais de feijão passassem a cultivar a leguminosa, buscando os ganhos que, certamente, conseguirão as lavouras capazes de um bom rendimento, acima de 1.000 kg/ha. A título de exemplo: enquanto o referido estudo apresenta um custo de produção de Cr$ 3.889,41, por saca de 60 quilogramas, para um rendimento de Cr$ 1.200 kg/ha, é certo que o produtor obterá uma remuneração superior a este dispêndio.

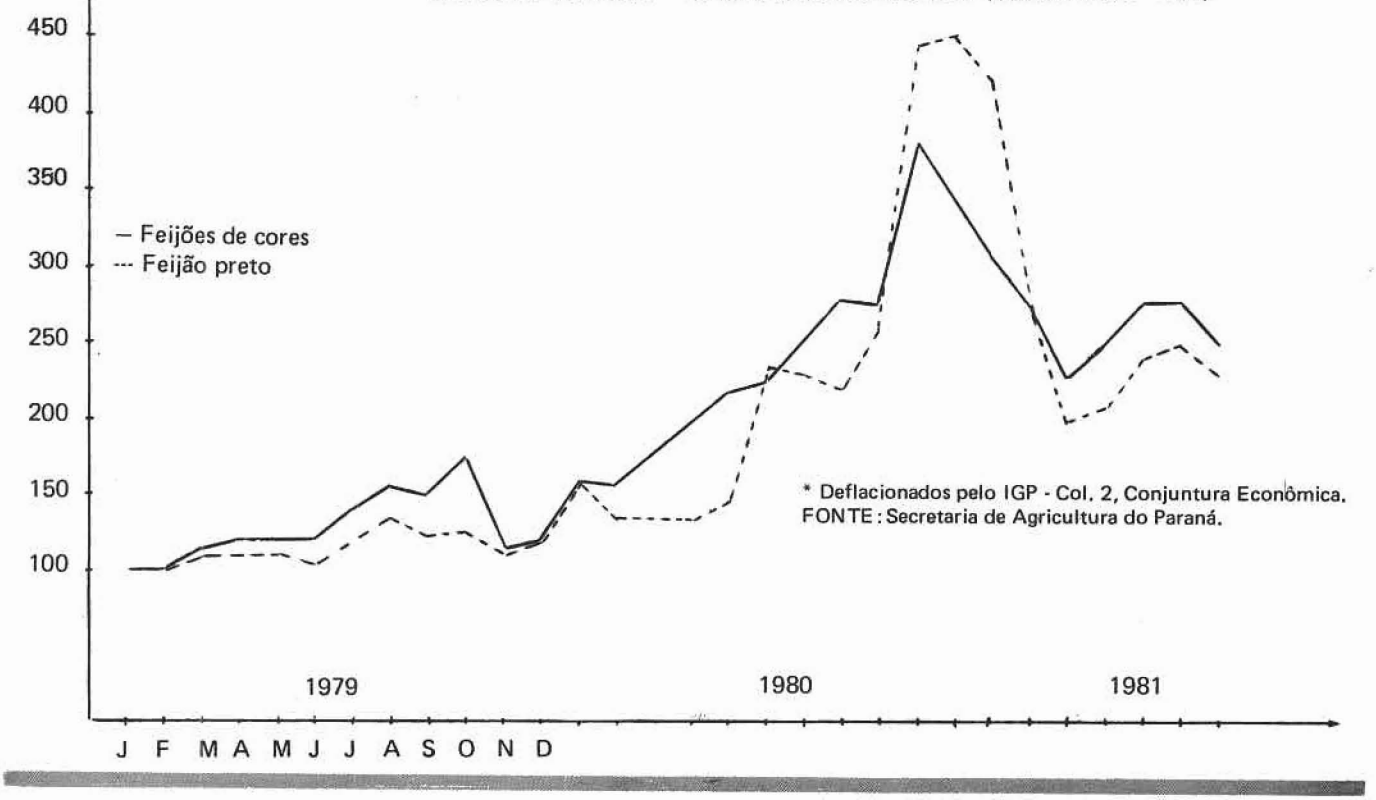
Outros elementos que pesarão, ainda, na decisão de plantio dos agricultores, serão os novos valores básicos de custeio e o preço básico.

O preço mínimo em vigor para o feijão anão da safra da seca (Cr$ 2.520,00/60 kg) foi substituído por um preço básico de Cr$ 3.150,00, o que representa reajuste de 75% sobre o preço mínimo da safra das águas 80/81. Tal preço básico situa-se 19,4% abaixo da média ponderada (feijões preto e de cores) dos preços recebidos pelos produtores no estado do Paraná no 1º semestre deste ano, época em que a renda auferida pelos produtores da leguminosa normalmente não revela grandes elevações, em vista do pequeno intervalo existente entre a safra da seca e a das águas. O que leva a crer que, imediatamente antes da entrada da safra das águas 1981/82, o preço

* a produtividade média do estado, na safra das águas 1980/81, foi de 680 kg/ha.

GRÁFICO 1

*FEIJÃO: Evolução Mensal dos Índices de Preços Médios Mensais Reais *Recebidos pelos Produtores do Paraná — Janeiro 1979 a Junho 1981 (Janeiro 1979 = 100)*



* Deflacionados pelo IGP - Col. 2, Conjuntura Econômica.
FONTE: Secretaria de Agricultura do Paraná.

básico estará com uma considerável defasagem em relação aos preços efetivamente praticados. Até que ponto o reajuste pelo INPC poderá cobrir esta diferença permanece uma incógnita.

Os valores básicos de custeio fixados para o feijão, no ano-safra 1981/82, mais uma vez não foram considerados estimulantes pelos agricultores — e nem poderiam sê-lo — uma vez que os aumentos reais concedidos não só foram baixos, como, também, muito inferiores aos que haviam sido concedidos para a safra 1980/81. Tomando-se como parâmetro o mencionado estudo da Secretaria de Agricultura do Paraná ıe,contrapondo-se suas estimativas de despesas de custeio para as safras 1980/81 e 1981/82 aos VBC's oficiais para estas duas safras, observa-se um acentuado declínio da cobertura do crédito governamental frente às necessidades reais de custeio (ver Quadro 1).

A suposição de que o governo estaria esperando uma maior utilização de recursos próprios dos agricultores neste ano-safra para o cultivo do feijão baseia-se, certamente, nos lucros que teriam sido proporcionados pela cultura nas safras 1979/80 e 1980/81. Contudo, como não são esperados aumentos reais do preço da leguminosa, ainda este ano, da mesma magnitude do que os verificados na entressafra do ano passado, é muito provável que os agricultores optem por uma redução na utilização de insumos (fertilizantes e defensivos), prejudicando o rendimento obtido por hectare, que já é muito baixo.

Mesmo assim, parece que ainda será um bom negócio plantar feijão na safra 1981/82, tendo em vista o (ainda que pequeno) déficit de oferta do produto este ano e seu inevitável reflexo sobre os preços. Não será surpresa se a área cultivada com a leguminosa voltar a apresentar crescimento, embora seja improvável que com o mesmo ímpeto verificado no recém-findo ano-safra. É interessante constatar, porém, que, mantendo-se constante a área plantada, bastaria que o país conseguisse aumentar seu rendimento médio em não mais do que 15% em relação à média da safra 1980/81 (o que nada mais seria do que reconquistar o rendimento da safra 1976/77) para se obter uma produção de mais de 3 milhões de toneladas de feijão. Deve-se ter em mente, no entanto, que qualquer aumento brusco da quantidade produzida corre o risco de deprimir fortemente os preços praticados, especialmente no caso de um mercado produtor desorganizado, como o do feijão, o que poderia atuar como fator de redução da área cultivada no ano-safra imediatamente posterior.

QUADRO 1 *BRASIL — Comparativo entre os Valores Básicos de Custeio Oficiais e os Valores Propostos pela Secretaria de Agricultura do Paraná — Safras 1980/81 e 1981/82*

Rendimento (kg/ha)	VBC Oficial (Cr$/60 kg) (a)	VBC Proposto* (Cr$/60 kg) (b)	Custo Produção (Cr$/60 kg) (c)	a/b	a/c
		SAFRA 1980/81			
420	1.143,00	820,80	1.122,92	1,39	1,02
540	888,60	723,00	1.041,57	1,23	0,85
720	783,60	753,60	1.152,70	1,04	0,68
960	706,20	804,60	1.193,50	0,88	0,59
1.200	660,00	716,40	1.153,54	0,92	0,57
		SAFRA 1981/82			
420	2.599,80	2.761,80	4.274,68	0,94	0,61
540	2.022,00	2.256,00	4.115,62	0,90	0,49
720	1.725,00	2.283,60	4.111,99	0,76	0,42
960	1.556,40	2.314,80	4.038,04	0,67	0,39
1.200	1.489,80	2.101,80	3.889,41	0,71	0,38

* *elaborado pelo Departamento de Economia Rural, da Secretaria de Agricultura do Paraná.*
FONTE: MINAGRI, DERAL/PR.